

UM ESTUDO SOBRE O DESCARTE INADEQUADO DO ÓLEO DE COZINHA NO BAIRRO FERNAO DIAS SITUADO EM SANTANA DE PARNAIBA, E SOBRE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA, AMBOS, NA GRANDE SÃO PAULO – SP

COSTA, Maria Regina Fleury¹
FILHO, Armando Sergio Aguiar²
SANTOS, Hercules Pimenta³
PEREIRA, Rosana Horta Tavares⁴
Equipe de pesquisa⁵

RESUMO: A pesquisa ora realizada foi desenvolvida sob dois desdobramentos: o primeiro, sob o ponto de vista humano, foram observados fenômenos de violência moral e física contra as pessoas em situação de rua moradoras na cidade de São Paulo; o segundo, sob o ponto de vista ambiental, foi realizado um estudo sobre o descarte inadequado do óleo de cozinha e a importância da reciclagem deste no bairro de Fernão Dias, município de Santana do Parnaíba, na Grande São Paulo. A análise dos dados indicou considerações relevantes quanto à inclusão de políticas públicas sociais para as pessoas em situação de rua e a reinserção deles no mundo do trabalho, bem como a conscientização da degradação ambiental com o descarte inadequado do óleo de cozinha.

Palavras-Chave: Pessoas em Situação Rua. Reciclagem Óleo de Cozinha. Desenvolvimento Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar um estudo sobre a realidade dos moradores de rua da cidade de São Paulo e seus territórios existenciais como pontos de “moradia; e um estudo sobre o descarte inadequado do óleo de cozinha e a importância da reciclagem deste no bairro de Fernão Dias, município de Santana do Parnaíba, na Grande São Paulo.

O interesse em discutir a temática da *população em situação de rua* da cidade de São Paulo surgiu de inquietações diante de observações realizadas sobre as precárias

¹ Mestre em Administração de Empresas; Especialista em Educação e Gestão Empresarial; Coordenadora e professora do Curso de pós-graduação e de extensão de Políticas Sustentáveis da Faculdade Milton Campos.

² Mestre em Administração; Professor do Curso de pós-graduação e de extensão de Políticas Sustentáveis da Faculdade Milton Campos.

³ Mestre pela Faculdade de Educação da UFMG. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense; Professor do Curso de pós-graduação e de extensão de Políticas Sustentáveis da Faculdade Milton Campos.

⁴ Mestre pela Faculdade de Educação da UFMG. Especialista em Língua Portuguesa; Professora do Curso de pós-graduação e de extensão de Políticas Sustentáveis da Faculdade Milton Campos.

⁵ Alunos do Curso de Extensão em Políticas Sustentáveis das Faculdades Milton do Estado de Minas Gerais: ADAMI, Adilson; BARRETO, Thalita; BAZÍLIO, Geovane dos Santos; BAZÍLIO, Sara Sampaio; BRAGA, Sergio Augusto Barbieri; CAMBRIA, Cristiane; CARVALHO, Tiago Ferreira de; CHEDID, Renan Abi; FILHO, Sergio de Oliveira; FILHO, Vicente Nasser; GAIGA, Mirella Joas; HADDAD, Alberto de Hollanda, HARGREAVES, Marcelo Sales; JUNIOR, Adonai Santos Soares; LEAL, Adalberto de Oliveira; MACIEL, Felipe Rey; MARCELINO, Bruno Willer; MOLINA, Ludmila, NUNES, Vinicius Moreira; PEDRETTE, Washington Luis. RIBEIRO, Guilherme Augusto Sanches; RUIZ, Marcelo Fernandes; SILVA, Severino Manoel; TOMMSINO, Nicolás; WILLENSHOFER, Igor.

condições de vida desses atores sociais. Para além das observações, percebeu-se que propostas do setor público para combater a exclusão são ineficazes para o enfrentamento do problema.

Para fins desta pesquisa, a *população de rua* foi considerada grupo populacional heterogêneo que é composto por pessoas de diferentes proveniências e realidades sociais, que possuem em comum a condição de pobreza absoluta e a marginalização, ou a falta de pertencimento a sociedade formal. Trata-se de homens, mulheres, jovens, famílias. Dentre os fatores que os levam a esta precária condição social estão a perda do emprego, o rompimento de algum laço afetivo, fazendo com que aos poucos estes percam a perspectiva de projeto de vida, os levando a utilizar o espaço da rua como local de sobrevivência e moradia.

Com a preocupação de proporcionar às pessoas em situação de rua melhores condições de sobrevivência no que tange à geração de trabalho e renda, esta pesquisa partiu para um desdobramento com uma pesquisa realizada no Município de Santana do Parnaíba: entender em que medida a questão da reciclagem do óleo de cozinha está presente no cotidiano da população.

As pessoas sabem que o óleo utilizado nas frituras é reciclável? E, se chegam a conhecer a teoria coloca-a em prática? De que forma? Existe um comportamento uniforme para aqueles que reciclam o óleo? É possível ganhar em escala? Pode-se avaliar como sustentável o método atualmente utilizado? Como as pessoas em situação de rua podem ser beneficiadas com o descarte adequado do óleo de cozinha para uma geração de trabalho e renda?

A intencionalidade deste trabalho é contribuir com as Políticas Públicas que exercem a tarefa de análise e reflexão a respeito da sustentabilidade e da aplicabilidade de um empreendimento humano ecologicamente correto e socialmente justo.

2 PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA

A presente pesquisa sobre o tema “Pessoas em Situação de Rua” buscou retratar a realidade dos moradores de rua da cidade de São Paulo, com o objetivo de analisar seus territórios existenciais, seus pontos de fixação, e sua ocupação nos espaços públicos. E ainda, procurou-se compreender as estratégias desenvolvidas por eles para construir suas vidas num cenário de completa e extrema exclusão

social e de que forma a sociedade urbana impõe modos de vida antagônicos a esta parcela da população que embora excluída, integra o contexto social.

O interesse em discutir esta temática surgiu das inquietações diante das observações realizadas sobre as precárias condições de vida desses cidadãos de diferentes proveniências e realidades sociais que possuem em comum a condição de pobreza absoluta e marginalização, ou a falta de pertencimento à sociedade formal. Trata-se de homens, mulheres, jovens, famílias inteiras.

Para a coleta de dados foram utilizadas como método de investigação a pesquisa bibliográfica e documental e o trabalho de campo realizado por meio de entrevistas estruturadas com pessoas em situação de rua, situadas na Praça da Sé, centro da cidade de São Paulo. E ainda, foram realizadas entrevistas com funcionários de diversos centros de acolhida e pessoas ligadas à temática estudada. Para fins da pesquisa, os moradores de rua serão considerados como pessoas que não apenas tiram da rua seu sustento, mas também têm a rua como seu habitat, ainda que optem por dormir em instituições de acolhimento para migrantes e moradores de rua.

A definição da nomenclatura *pessoas em situação de rua* é divergente para alguns pesquisadores. Em trabalhos como os de Burstzyn (2000) e de Araújo (2000), a *população de rua* é composta por toda pessoa que tira da rua seu sustento, incluindo os catadores de materiais recicláveis, prostitutas, trabalhadores itinerantes, trecheiros⁶, mendigos, desabrigados, camelôs, dentre outros. Esses trabalhadores informais residem em áreas periféricas longe dos grandes centros urbanos e dormem eventualmente nas ruas devido à dificuldade de deslocamento e aos custos que teriam para retorno à suas residências, quando as têm.

Para os citados autores, a *população de rua* compreende os trabalhadores desempregados que desenvolvem atividades alternativas para angariar finanças, independente de seus vínculos habitacionais.

Autores como Durham (1984) e D’Incao (1999) englobam no conceito de *população de rua*, pessoas que migraram do meio rural para o meio urbano em busca de novas oportunidades de emprego e permanecem perambulando pelos grandes centros principalmente por problemas de adaptação e falta de qualificação profissional.

⁶ Viajante que percorre uma estrada de trecho em trecho.

Escorel (1999) consiste a distinção entre *população de rua* e *moradores de rua* a existência de um grupo cuja condição é irreversível, ou seja, indivíduos que têm como habitat o ambiente inóspito das ruas, e outro grupo em situação transitória que tem a rua, de uma forma geral, como um endereço dentre os diversos durante toda a sua vida.

O autor considera como *população de rua* o “conjunto daqueles que dependem de atividade constante que implique ao menos um pernoite semanal na rua, o que, segundo a autora, implicaria em incluir os “profissionais do sexo” na população de rua, mesmo que estes não tenham a rua como moradia, nem realizem nela todo o seu trabalho. (ESCOREL, 1999, p.153).

Portanto, esta pesquisa compreende *população de rua* e *moradores de rua* todos os que usam a rua como moradia num determinado momento e os que a tomam permanentemente como moradia, considerando-os como “pessoas em situação de rua”.

2.1 Exclusão das pessoas em situação de rua

Moradia/Casa pode ser entendida como uma construção no espaço que delimita o território dos habitantes, conferindo-lhes liberdade e privacidade, portanto espaço particular. A rua compreende espaços públicos, coletivos, que são de livre acesso a todas as pessoas.

Na visão de Da Matta (2000), o espaço da casa é o lócus de uma ética conservadora e a rua o lócus de uma ética liberal, representando o lugar do exercício da igualdade, sob a perspectiva da cidadania, mas também o lugar da competição do mercado. Porém, como ressalta o autor “o universo cultural brasileiro é avesso à igualdade. Assim sendo, a igualdade assume um papel negativo na sociedade brasileira, refletindo a desvalorização da ideia de cidadania e na valorização da deslealdade nas relações competitivas, tornando a rua um lugar perigoso (DA MATTA, 2000, p.45).

Segundo Da Matta (2000), embora alguns indivíduos tentem manter uma única conduta ética nos dois espaços, a sociedade brasileira opera na dualidade entre esses sistemas, podendo haver o englobamento da casa pela rua ou vice-versa. No entanto, afirma o autor, “não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma grave de confusão ou até mesmo de conflito” (DA MATTA, 2000, p.50).

As sobreposições territoriais entre casa e rua podem ocorrer no portão, na varanda, nos fundos das casas, na sala de jantar, na sala de visitas, na porta de serviços. A casa possui espaços intermediários onde são recebidas as pessoas desconhecidas, onde se tratam de pequenos negócios, recebem vendedores ambulantes, dentre outras atividades.

Nas ruas, as sobreposições acontecem em recintos fechados, repartições públicas, unidades policiais, delegacias, escritórios. Nesses casos, o que se transporta da casa para a rua são as formas de tratamento entre as pessoas, as relações afetivas. Assim, as pessoas circulam entre a casa e a rua, entretanto há uma população que circula de outra maneira, transpondo certos limiares para fazer da rua, suas casas.

Os moradores de rua realizam não somente a transposição da sala para a rua, mas sim a transposição dos quartos, dos banheiros e da cozinha. Para o morador de rua, não são apenas as relações sociais privadas que invadem o espaço público ou que são invadidas por este.

As ações fisiológicas são realizadas publicamente: fezes, urina, vômito e pessoas dormindo e acordando disputam o mesmo espaço, invadindo o centro da cidade em meio a carros, buzinas, transeuntes, polícia.

Para preservar também suas vidas, suas histórias, seus segredos e seus desejos da intromissão de profissionais e de pesquisadores, eles costumam esquivar-se de alguns assuntos, mentir, se esconder e até abrirem mão dos atendimentos nos equipamentos públicos em nome da defesa dessa liberdade.

O espaço da rua habitado por moradores compreende locais situados sob pontes, marquises, viadutos, frente de prédios privados e públicos, postos de gasolina, parques, praças, calçadas, praias não utilizadas à noite; cascos de barcos na areia, embarcações não utilizadas, portos, estações de trem, terminais rodoviários, margens das rodovias, dentro de construções com áreas internas ocupáveis, galerias subterrâneas, becos, áreas próximas aos depósitos de lixo, à reciclagem de material desta natureza, às feiras, dentre outros locais protegidos do frio e da exposição à violência.

O mau cheiro de quem não toma banho na situação de rua é uma estratégia de sobrevivência, é uma couraça protetora do corpo, onde o mau cheiro lhes é útil, pois funciona como defesa e como proteção, afastando as pessoas. O

corpo é o último refúgio que sobrou para aquela pessoa; ela perdeu, do ponto de vista do tempo, o passado, porque perdeu o direito de ter uma raiz, de ter um lugar no mundo.

2.2 Elementos que induzem os indivíduos à situação de rua e à alta vulnerabilidade

Morar nas ruas é condição que se impõe aos indivíduos por inúmeros fatores, principalmente associados à quebra de vínculos familiares. Essa perda de contato entre os moradores de rua e seus familiares ou pessoas com as quais convivem nem sempre é definitiva, ou irreversível, sendo em geral algo que se dá de forma processual, e muitas vezes as famílias nem chegam a tomar conhecimento de sua real situação.

Eles conseguem viver na rua em segredo, sem manter contato com familiares que os dão como desaparecidos ou mantendo contato com os familiares e dizendo que estão dormindo em pensões ou cortiços.

O afastamento da família, elemento fundamental de apoio material, de solidariedades e de referência no cotidiano, permite uma primeira e basilar configuração da população de rua: é um grupo social que apresenta vulnerabilidade nos vínculos familiares e comunitários. (ESCOREL, 1999, p. 103)

A dimensão sociofamiliar merece destaque especial, pois os conflitos nesse âmbito permeiam as decisões de saída do lar. As causas do conflito em geral são a orientação sexual do morador de rua, o alcoolismo, o consumo ou tráfico de drogas que influenciam não só a unidade familiar pelos conflitos, mas pelo desequilíbrio do orçamento doméstico; o envolvimento em assaltos ou outros crimes, conflitos de valores, a violência ou abuso sexual por parte de algum parente – pai, irmão, padrasto.

Existem ainda aqueles que são expulsos de casa ou abandonados pela família por representarem um empecilho, um estorvo para os parentes.

Dentre os quais estão os doentes mentais, alguns idosos e deficientes físicos que representam a parcela inativa da sociedade, portanto a família não tem perspectiva de que eles venham a contribuir nas despesas da casa, os custos com sua saúde são altos, além de, em certos casos, colocarem seus familiares em

situações de risco. Ocorrem também situações em que os moradores saem de casa e se perdem, passando a habitar as ruas da cidade.

Os moradores de rua são quase que exclusivamente provenientes das camadas mais pobres da população. Geralmente são pessoas de baixa escolaridade e qualificação profissional, cujos vínculos estabelecidos com o mundo do trabalho já eram frágeis, mesmo antes de se encontrarem na rua e, como constatou Neves (1995):

Na sociedade capitalista, se não se vive da apropriação do resultado do trabalho de outrem, não se pode ter a liberdade de viver sem trabalhar. Ou seja, essa liberdade não pode ser a de negar o trabalho. Decorrem então todos os conteúdos morais que dão positividade ao trabalho e ao trabalhador que valoriza o fato de trabalhar. Ao final, o trabalho empresta virtude à liberdade. (NEVES, 1995, p. 65).

Para os homens que mantêm o ideário de referência em suas famílias assumindo a obrigação de sustentar os seus “dependentes”, quando não lhes é possível prover, sentem sua autoridade destituída, autonegativam sua imagem. O poeta **Gonzaguinha** deixou registrado em uma de suas músicas esse sentimento de impotência e falta de legitimidade social que permeia a vida dos homens sem trabalho

[...] Um homem se humilha / Se castram seu sonho / Seu sonho é sua vida / E a vida é trabalho / E sem o seu trabalho / Um homem não tem honra / E sem a sua honra / Se morre, se mata / Não dá pra ser feliz / Não dá pra ser feliz. (GONZAGUINHA, 1983, faixa 05).

Para Escorel (1999) o “cair na rua” dos homens tem muitas vezes por pano de fundo a pobreza enfrentada cotidianamente no seio familiar e mais ainda, a vergonha que sentem por não conseguirem reverter essa situação.

Relacionar processos de vulnerabilidade e desvinculação na dimensão do trabalho e rendimentos com a condição de morador de rua é buscar estabelecer até que ponto é originário da esfera ocupacional são os estímulos que podem levar o indivíduo a atingir o “ponto zero”, definido como esgotamento dos recursos socioeconômicos suscetíveis de manter sua sobrevivência (ESCOREL, 1999, p. 175).

Embora a falta de emprego formal caracterize o morador de rua, não se constitui como fator primordial da ocupação das ruas, em geral o desemprego motiva a desavença familiar considerando a lógica capitalista apresentada por

Neves (1995) e algumas migrações, podendo advir como circunstância desse processo o residir nas ruas, seja por fracasso das migrações, seja pela falta de aceitação familiar da condição do indivíduo. Isto se dá por vergonha resiste em voltar para casa sem emprego ou até mesmo lhe é imposta esta condição. Dessa forma, ser inserido no mercado de trabalho é antes uma necessidade imposta pela ruptura com o núcleo familiar do que uma vontade ou um objeto de desejo.

Muitas vezes a situação de rua associa múltiplos fatores dentre os quais quase sempre um é de ordem emocional, tal qual o divórcio, o adultério, que combinados com o alcoolismo, o desemprego levam o indivíduo a esse modo de vida.

Os desastres, as grandes tragédias pessoais que fazem com que as pessoas percam a casa e também a família podem levar o indivíduo a habitar as ruas, entretanto a maioria nem chega a integrar a população de rua, conseguem em pouco tempo, um barraco em alguma área de ocupação, o mais comum uma favela.

A insuficiência de renda nas lavouras, a falta de oferta de trabalho nas cidades, principalmente para trabalhadores com baixa qualificação profissional, provoca a migração de pessoas de cidade em cidade em busca de melhores condições de vida. Entretanto, a inserção no mercado de trabalho, especialmente nos grandes centros urbanos, depende de alguns requisitos que são raros entre os migrantes de baixa renda: como baixa escolaridade, e áreas profissionais que vão a desencontro das necessidades do centro urbano.

Dessa forma, essas pessoas que já ao deixar seu território apresentam poucas possibilidades de serem absorvidas pelo mercado, apresentam grandes chances de insucesso e, em alguns casos, quando não possuem suporte para retorno à cidade de origem, ou mesmo lhes faltam coragem para enfrentar a família, resulta numa reterritorialização nômade, seja por processos de errância entre as cidades, seja pela fixação dessa população na rua.

Um migrante que não consegue trabalho na cidade para onde se deslocou, parte em busca de trabalhos temporários em várias cidades, com a escassez desses trabalhos temporários ele continua a viajar, porque não pode voltar para casa “de mãos abanando”.

Ele passa a aceitar qualquer tipo de serviço para garantir sua sobrevivência e não se fixa nas cidades tempo suficiente para encontrar um trabalho melhor, se

tornando um trecheiro, até perder ou ter seus documentos roubados, o que o obriga a fixação temporária numa cidade pela espera da nova documentação, provocando o improvisado de um local para passar alguns dias, ou seja, uma “maloca”.

Nesses locais, eles precisam estabelecer laços sociais para se manter, implicando no desenvolvimento de práticas tais como o alcoolismo que pode levar o indivíduo à completa mazela.

A possibilidade de estabelecer uma continuidade com o comportamento do migrante que o leve a situação de rua faz com que muitas explicações para a existência da população de rua tenham como ponto de partida a migração.

Mas antes de atribuir aos processos migratórios à existência de moradores de rua nas grandes cidades é importante considerar os dois principais componentes que fariam desses processos as causas deste fenômeno: o fator econômico, que é o desemprego, e os possíveis choques culturais a que estão sujeitos os migrantes.

Portanto, muito embora a população de rua seja composta por pessoas sem emprego formal, provenientes de famílias de baixa renda e com baixa escolaridade, a pobreza, o desemprego e a baixa escolaridade não são razões suficientes para explicar a existência desse contingente de pessoas que ocupam as ruas da cidade.

Para tanto, haveria o que se explicar, porque milhares de pessoas desempregadas, provenientes de famílias de baixa renda e com pouca escolaridade não estão vivendo nas ruas e sim em suas casas, com suas famílias.

Apesar de o desemprego ser um componente importante na vida dos moradores de rua, não é exclusividade dos migrantes, como também não pode ser considerado o fator preponderante para que as pessoas abandonem suas famílias para viver nas ruas.

Segundo Durham (1984), as estratégias criadas pelos migrantes para se adaptar à vida nas metrópoles passam antes por uma solução de compromisso entre o modo de vida que levavam no meio rural e as exigências apresentadas pela vida metropolitana do que por uma mudança abrupta de valores ou pela ruptura dos vínculos afetivos e familiares.

O choque cultural entre o campo e a cidade e à dificuldade de adaptação não necessariamente obrigam a fixação dos indivíduos nas ruas, tendo em vista a

existência de indivíduos provenientes de outras regiões que não se encontram morando nas ruas. Além disso, nem todo morador de rua que não é natural de São Paulo advém do meio rural, pelo contrário, há muitos moradores de rua em São Paulo que vieram das grandes cidades ou capitais brasileiras.

Assim, considerando a perspectiva de Durham (1984), percebe-se que o que acontece aos migrantes é o contrário do que acontece aos que se tornam moradores de rua e aos trecheiros.

O fracasso no mercado de trabalho não é, pois, suficiente para fazer de um migrante um trecheiro ou um morador de rua. Porém, uma vez atingido a situação de rua, as possibilidades de retorno à cidade natal se tornam cada vez menores. Ninguém quer voltar para casa “pior do que saiu” e a volta é sempre adiada para quando a “situação melhorar”. Em depoimentos extraídos do livro de Escorel (1999) pode-se perceber claramente a dificuldade de encarar a família após a tentativa frustrada de melhorar a qualidade de vida:

“Eu não posso voltar pra casa do jeito que eu to, por isso eu queria arrumar um quarto pra mim, estabilizar-me de novo, [...]; vou chegar à minha casa de bermuda e uma mochila nas costas?” (ESCOREL, 1999, p. 147). Quem se dispõe a sair de sua terra natal para enfrentar o novo, reúne todas as suas forças e reservas econômicas e emocionais para trazer o melhor para casa, portanto, é difícil para os tais voltar para casa e para a família com o sentimento de fracasso.

Se a maior proporção de moradores de rua em relação à população total é encontrada nas cidades com maior contingente populacional, uma das mais claras hipóteses é que as condições de existência da população de rua estejam mais presentes nas cidades grandes do que nas pequenas.

As cidades menores costumam desenvolver políticas mais eficientes de deportação de potenciais moradores de rua, além do fato das grandes cidades produzirem mais lixo, propiciando a catação de lixo que se apresenta como importante fonte de renda para quem habita as ruas; um mercado mais intenso que demanda mais caminhões para descarga de materiais, possibilitando a realização de “bicos”. Ou seja, nas grandes cidades, a população de rua encontra mais recursos para a sua sobrevivência.

Segundo Censo realizado em 2010 pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, a população em situação de rua na cidade de São Paulo é

estimada em torno de 13.666 pessoas. Essa população circula predominantemente na área central da cidade, sendo a maioria do sexo masculino, geralmente não possui cor de pele branca e têm idade média de 40 anos.

A porcentagem de analfabetos na população em situação de rua no Município de São Paulo é de 9,5%, a maioria não chegou a completar o ensino fundamental. Quanto à região de origem, predomina o sudeste brasileiro, com forte concentração de paulistas, seguido por migrantes da Bahia e de Minas Gerais, que superam os demais estados brasileiros.

Morando em logradouros públicos, insalubres, em situação de risco constante, é de se supor que tenham muitos problemas de saúde. Entre os que se referem a algum problema, o destaque fica com os acidentes provocados por condições específicas da rua: quedas, brigas, atropelamentos e também problemas respiratórios (CENSO, 2010).

Resolvem estes problemas procurando atendimento imediato em pronto-socorros e/ou hospitais (50%) ou em postos de saúde (21,6%). Alguns não tomaram providência alguma e foram socorridos por terceiros. Outros serviços como agentes de saúde, CRATOD⁷, CAPS AD⁸, são utilizados apenas por uma minoria (CENSO, 2010).

O uso de substâncias psicoativas é uma constante na rua. A grande maioria (74%) declara utilizar álcool, drogas ou ambos. Entre os jovens de 18 a 30 anos a utilização atinge 80% (Censo, 2010). O consumo entre os moradores de rua é superior ao encontrado entre os que frequentam os centros de acolhida.

Muitos já faziam uso de algumas dessas substâncias antes mesmo de chegar à situação de rua, o que pode ter sido também um fator desencadeador dos problemas subsequentes de desestruturação familiar, perda de emprego, perda da moradia.

Independentemente das causas, é alta a proporção dos que estão nas ruas atualmente e que declaram sem qualquer constrangimento, que fazem uso de álcool e drogas como algo incorporado em seus hábitos.

Desde que a reforma psiquiátrica foi implantada, o número de pessoas em situação de rua que apresentam transtornos mentais aumentou consideravelmente, e,

⁷ CRATOD - Centro de Referência de Álcool, Tabaco e Outras Drogas, da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo.

⁸ CAPS AD – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.

essa demanda crescente impede que os Programas Assistenciais promovam o atendimento de maneira adequada.

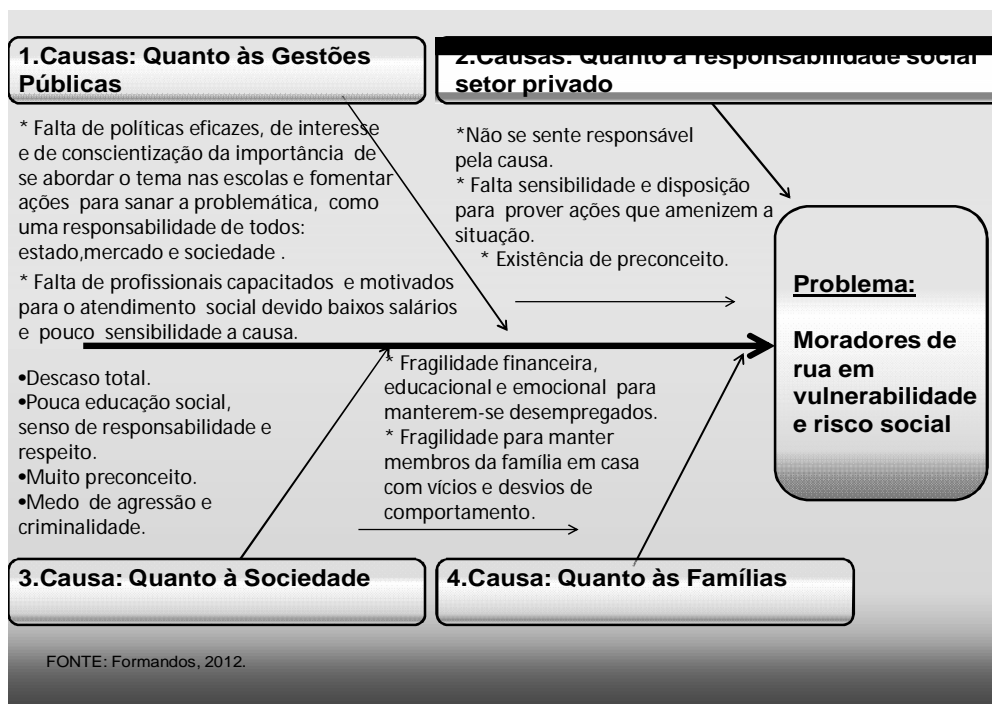
Em decorrência desse fato, eles têm dificuldade de acesso junto aos programas de assistência social, que em número insuficiente condenam esta parcela da população a dormir na rua, além de não contar com o apoio psicológico, necessário a sua condição de vida.

Quase metade dessa população não possui qualquer documento, o que a exclui da vida civil, deixando de ter direitos e de ser reconhecida sua cidadania. Outros têm alguns documentos, mas é alta a proporção dos que não têm documentos essenciais como carteira de identidade, CPF, título de eleitor e carteira de trabalho.

Essa ausência de documentos pessoais e a conseqüente perda da sua identidade, levam-nos a deixar de lado a sua autoestima, com exclusão da vida civil, a não terem reconhecidos os seus direitos e a serem ignorados como cidadãos, restando poucas condições para, sozinhos, reconstruírem a própria vida no chão.

Considerando as possibilidades que a construção de um DCE pode oferecer ao desenvolvimento do presente estudo, a estratégia adotada para a consecução de diagnóstico situacional consistiu na elaboração de um *brainstorming* onde foram levantadas as prováveis causas para alguns dos principais problemas apontados.

As possíveis causas primárias e secundárias encontradas estão apresentadas, conforme demonstradas a seguir.



A análise sobre “Pessoas em Situação de Rua” por meio do Diagrama de Ishikawa apontou para problemas referentes à vulnerabilidade e risco social.

Relativo ao instrumento de análise por meio da Matriz Swot, foram encontrados:

Quanto às **Forças e Oportunidades**: incentivos fiscais liberados pelo governo federal, investimentos gerados pelo Programa de Aceleração de Crescimento – PAC, a copa do Mundo de 2014 e também do alto crescimento da construção civil e sua crescente empregabilidade.

Profissionais sem capacitação adequada e despreparados para o exercício da função; falta de atendimento psicossocial para tal população. Os equipamentos de estadia são precários; ausência de uma política eficaz de combate ao problema relativo às pessoas em situação de rua; alto índice de pessoas em situação de rua; crescente número dessas pessoas com transtornos mentais em situação de vulnerabilidade e risco social; risco de morte drástica, muitas vezes constatadas na mídia por preconceito, radicalismo e orgulho de jovens de classes mais abastardas.

Mediante as análises dos resultados da pesquisa, o Planejamento Sustentável, discriminado a seguir, sugere novas perspectivas de pesquisa.

PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL

1. PROPOSTA DE PROJETO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL	2. ASPECTOS E AÇÕES CONSIDERADAS
<p>1.1 Pessoas em Situação de Rua</p> <p>A proposta de um projeto focado para atender as pessoas em situação de rua por meio de Parceria Pública Privada - PPP's deu-se devido o atual bom momento econômico do Brasil: os incentivos fiscais liberados pelo Governo Federal, investimentos gerados pelo Programa de Aceleração de crescimento – PAC, a copa do Mundo de 2014 e também do alto crescimento da construção civil e sua crescente empregabilidade.</p>	<p>2.1 Socialmente justo e culturalmente respeitado Propor melhorias nos Centros de Acolhida, proporcionado mais eficácia, por meio de rígido planejamento estratégico:</p> <ol style="list-style-type: none"> a. Realização de atividades de qualificação profissional e educacional levando em consideração o desenvolvimento de possíveis habilidades despertadas meio ao processo. b. Cadastramento de habilidades encontradas nas pessoas durante as atividades desenvolvidas. <p>2.2 Politicamente articulado e ambientalmente correto Posteriormente às PPPs entrarão no âmbito da habitação e moradia popular visando que essas pessoas possam sair de fato das ruas.</p> <p>2.3 Economicamente viável e socialmente justo Gerar oportunidade de trabalho e renda conforme habilidades de cada pessoa cadastrada na Casa da Acolhida, junto as Associações de Bairros e empresas privadas no entorno de suas moradias.</p>

Fonte: Formandos em Políticas Sustentáveis, 2012.

3 O DESCARTE INADEQUADO DE ÓLEO DE COZINHA NO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA

O Brasil sediou e contribuiu para redação da Agenda 21 produzida no Rio 92, momento em que o Brasil tinha acabado de entrar num processo de redemocratização com a promulgação da CF/88, que instituiu em seu capítulo VI, artigo 225, parágrafo 1º como “Dever do Estado promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e promover a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

Em 1999 foi sancionada a Lei 9.795 que convocou os meios de comunicação, ONGs, empresas e sociedade civil para se engajarem na tarefa de aumentar a conscientização das pessoas referente à questão ambiental.

Um grande problema ambiental que enfrentamos hoje é o desperdício e poluição das águas, que afetam a saúde dos rios, mananciais e lagos, como por exemplo, o lançamento do esgoto *in natura* na rede coletora, causando transmissão de doenças, resíduos tóxicos e contaminação das águas às pessoas e animais.

No caso específico do óleo, ele provoca entupimento nas instalações internas e na rede de esgoto. Cerca de 200 milhões de litros de óleo vão para os rios e lagos todos os meses. Entidades como Ecóleo, Papa óleo e Prol, trabalham no objetivo de coleta e reaproveitamento do óleo de fritura residual. Em Santana do

Parnaíba, que há uma população de 108.875 habitantes em 184 km², estima-se o consumo de 4 l de óleo/mês por família, somente no bairro Fernão Dias.

O município de Santana do Parnaíba, encravado entre as rodovias Castelo Branco e Anhanguera, possui 108.875 habitantes em uma área de 184 km², a cerca de 30 quilômetros de distância da capital paulista. Parte da Região Metropolitana de São Paulo, a maior do país, possui alta taxa de alfabetização (94.906 pessoas) e sua rede de ensino é formada por 71 estabelecimentos.

Segundo dados do último censo do IBGE (2010), cerca de 37% dos domicílios possuem renda familiar acima de 5 salários mínimos. Praticamente um terço das famílias declarou renda entre 2 e 5 salários mínimos. Ou seja, de acordo com a classificação feita pelo IBGE quase 70% dos domicílios estão enquadrados pelo menos na classe C.

Com a preocupação de entender em que medida a questão da reciclagem do óleo de cozinha está presente no cotidiano da população, alguns questionamentos foram levantados: as pessoas sabem que o óleo utilizado nas frituras é reciclável? E, se chegam a conhecer a teoria coloca-a em prática? De que forma? Existe um comportamento uniforme para aqueles que reciclam o óleo? É possível ganhar em escala? Pode-se avaliar como sustentável o método atualmente utilizado?

É interessante notar que neste local é expressivo o uso do óleo de cozinha para fritura. Um contingente de 55% das residências pesquisadas naquele município afirmou utilizá-lo pelo menos quatro vezes por semana. Com base nesses dados, estima-se que cada residência consuma cerca de 4 litros de óleo por mês.

Por meio de questionários, metade dos entrevistados declarou ter conhecimento de que o óleo utilizado descartado de forma errada é nocivo de alguma forma ao meio ambiente. Chega a ser surpreendente o dado de que 95% das famílias consultadas sabem que é possível reciclar este produto.

Se na teoria, os dados são exuberantes, na prática eles sofrem uma deflação. Apenas 20% dos entrevistados residentes no Parque Fernão Dias afirmaram que já reciclam o óleo de fritura em casa e outras 25% levam para entidades recicladoras. Isto equivale a dizer que mais da metade da comunidade (55%) descarta o óleo diretamente na pia, no ralo ou até mesmo no quintal.

Somente 5% das pessoas entregam o óleo para alguma cooperativa ou entidade civil, como a ONG Ecóleo, criada em uma área da cidade onde boa parte dos moradores tem alto poder aquisitivo.

Entre os pesquisados, 75% disseram desconhecer uma política sistemática de reciclagem de óleo de cozinha. Ou seja, quem recicla ou entrega para reciclagem o faz por iniciativa própria. Esta inclinação positiva para o correto descarte é confirmada pela informação de que 80% das pessoas entrevistadas manifestaram o interesse em aderir a um programa específico no tratamento de óleo.

3.1 O óleo como agente poluidor

Embora não seja fator preponderante, o descarte indevido do óleo de cozinha, largamente utilizado nas residências, bares e restaurantes, contribui para a degradação do rio Tietê. E pode também contaminar a terra e causar danos à rede de esgoto, o que, em última análise, significa que ele pode até voltar para o mesmo ralo onde foi despejado.

O óleo representa uma porcentagem ínfima se confrontada com os demais agentes poluidores da água. Ainda assim, tem impacto ambiental considerável. Cada 40 mil habitantes despejam cerca de 1 tonelada de óleo em corpos d'água.

Apenas um litro de óleo é capaz de esgotar o oxigênio de até 20 mil litros de água, formando, em poucos dias, uma fina camada sobre uma superfície de 100 m², que bloqueia a passagem de ar e luz, impedindo a respiração e a fotossíntese, comprometendo assim, a base da cadeia alimentar aquática, "os fitoplânctons (ALBERCINI & PONTES, 2004, p.73)

Jogar óleo nos ralos também provoca entupimentos nas instalações internas e nas próprias redes de coleta de esgotos. Restos de comida e lixo, muitas vezes jogados indevidamente pelas pessoas no ralo, aglutinam-se com o óleo e formam uma barreira rígida de sujeira, que vai esclerosando o duto, num processo semelhante ao entupimento das veias. O encanamento fica entupido até o limite em que pode estourar. Este vazamento pode contaminar lençóis freáticos.

Segundo a *Oil World*, entidade internacional que faz previsões sobre o mercado de oleaginosas e óleos em geral, o Brasil produz 9 bilhões de litros de óleos vegetais por ano. Desse volume, 1/3 são de óleos comestíveis, chamados

popularmente de óleo de cozinha. O consumo per capita fica em torno de 20 litros/ano, o que significa 3 bilhões de litros de óleo por ano.

Estima-se que mais de 200 milhões de litros de óleo usado vão parar nos rios e lagos todos os meses, comprometendo o meio ambiente. Tais dados seriam suficientemente contundentes no sentido de chamar atenção das pessoas para a importância de que cada um contribua para retirar do ciclo poluidor este produto. Mas, além disso, há o fato de que atingir este objetivo é muito mais simples do que pode parecer.

Existem algumas experiências bem sucedidas que podem ser citadas para comprovar a noção de que é relativamente simples retirar o óleo do ciclo poluidor.

ONG Ecóleo

Em 2007, a Sociedade de Amigos e Moradores e Empreendedores de Cerqueira Cesar (SAMORCC) — que reúne bairros dos Jardins e Consolação, em São Paulo — então presidida por Célia Marcondes, lançou a Campanha de Coleta de Resíduos de óleo de cozinha usando o sistema de porta a porta.

Com intuito de legitimar a campanha e ampliar a adesão, convidou a Sabesp (Companhia de Saneamento do Estado de São Paulo) e a Secretaria do Verde e de Meio Ambiente, que prontamente apoiaram a ação.

Com ampla divulgação, o projeto foi tão bem sucedido que a entidade passou a ser procurada por municípios querendo implantar o projeto, por empresas interessadas em coletar óleo, por vereadores interessados em propor legislação municipal sobre o tema, universidades.

Com especial interesse de empresas e ONGs coletoras, a Sociedade viu-se na obrigação de criar uma entidade junto com ambientalistas para, através de campanhas locais, praticarem a sensibilização pela correta destinação do resíduo para a reciclagem, gerando trabalho e renda.

A ECÓLEO recolhe junto com entidades, só na Grande São Paulo, mais de 1.700.000. (um milhão e setecentos mil) litros de óleo vegetal usado todos os meses.

Em franca expansão, a ECÓLEO tem como uma de suas principais colaboradoras as universidades, sendo que muitas delas oferecem alunos da área

ambiental para o trabalho de educação ambiental e os de comunicação para ampla divulgação do projeto.

A ONG ECÓLEO conta com 12 empresas associadas, coletando e beneficiando o óleo em mais de 60 municípios de São Paulo, gerando mais de 1.200 postos de trabalho direto e aproximadamente 800 postos.

Projeto Papa Óleo

O Projeto Papa Óleo tem o objetivo de reaproveitar o óleo de fritura residual nos estabelecimentos de todo o país, e a promover uma melhora na imagem (*branding*) do ramo de alimentação e da associação de forma geral. O piloto do projeto foi realizado na Abrasel Bahia e contemplou também um Fundo de Responsabilidade Social, que é uma conta bancária aberta especialmente para arrecadar recursos para beneficiar ações e instituições de caridade. No projeto Papa Óleo, a empresa coletora parceira deposita no Fundo de Responsabilidade Social o valor de R\$ 0,30 para cada litro de óleo coletado, confirmando assim a característica de projeto de responsabilidade sócio- ambiental.

PROL

O PROL é um programa cujo objetivo é promover a coleta adequada de resíduos de óleo de frituras, em especial nos municípios operados pela Sabesp, fomentadora do projeto.

Com esse programa, a empresa apoia a coleta seletiva deste resíduo e também contribui para evitar a poluição das águas, assim como colabora para a diminuição de casos de obstrução da rede de esgotos. O óleo é descartado em bombonas plásticas de 50 litros, fornecidas pela ONG Trevo, especializada na coleta/beneficiamento de óleo de fritura. Os recipientes são em geral mantidos na garagem dos prédios e coletados (substituídos após lavagem), quando cheios pela empresa coletora.

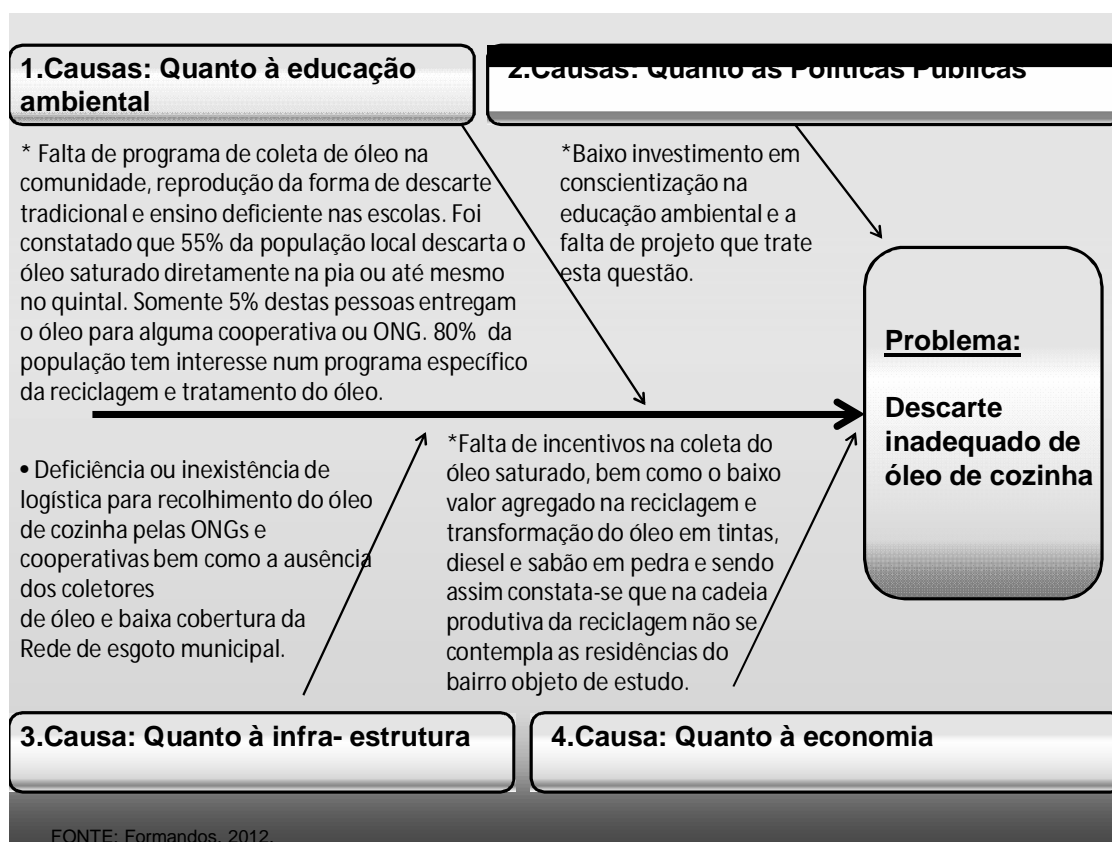
Em 2010, a Sabesp firmou parceria com o Centro Paula Sousa, em Taubaté, para ações conjuntas e ampliação do projeto na região. O primeiro ecoponto de coleta de óleo para reciclagem foi colocado na ETC Dr. Geraldo José R. Alckmin, depois estendido para as demais escolas técnicas da região.

Em andamento desde então, o PROL em Taubaté já impediu a contaminação de mais de 40 milhões de litros de água, na medida em que já retirou

de circulação cerca de 2 mil litros de óleo utilizado. Todo o óleo coletado nos ecopontos é destinado à Associação Para Valorização da Pessoa com Deficiência (Avape), que faz com que o produto arrecadado seja encaminhado para empresas especializadas na produção de biodiesel. A contrapartida financeira da empresa é utilizada pela Avape no desenvolvimento de seu trabalho com portadores de deficientes no município.

Sobre o descarte do óleo, o diagrama de Ishikawa apontou para o problema do descarte inadequado de óleo de cozinha.

As possíveis causas primárias e secundárias desse problema foram:



Quanto ao instrumento de análise por meio da Matriz Swot, foram encontrados:

Quanto as Forças: o baixo custo para a implementação do projeto, a cidade pequena que acaba facilitando a divulgação boca-a-boca, a discussão sobre a despoluição do rio Tietê em nível estadual para fortalecimento do projeto e a facilidade de acesso à região.

Quanto as Oportunidades encontra-se a necessidade de projetos ambientais na cidade, a possibilidade de geração de renda para a população e o nível de desenvolvimento da cidade.

Quanto as Fraquezas percebe-se a falta de políticas municipais de conscientização ambiental, a baixa escolaridade e a falta de saneamento na região.

Quanto às Ameaças nota-se um conflito de interesses políticos e econômicos e a descrença da população em ações ambientais.

Mediante as análises dos resultados da pesquisa, o Planejamento Sustentável, discriminado a seguir sugere novas perspectivas de pesquisa.

PLANEJAMENTO SUSTENTÁVEL

1. PROPOSTA DE PROJETO SUSTENTÁVEL	2. ASPECTOS E AÇÕES CONSIDERADAS
<p>1.1 Descarte de Óleo de Cozinha A proposta de projeto focado no descarte adequado de óleo de cozinha tem como finalidade amenizar a problemática causada a saúde do homem e do planeta, quando descartado de maneira inadequada.</p> <p>Para tanto, pesquisas foram realizadas e os resultados de sua análise apontaram para a necessidade de se pensar ações mais eficazes e sustentáveis, ou seja, ações economicamente viáveis, socialmente justas, ambientalmente corretas, culturalmente respeitadas e politicamente articuladas, quanto a sinergia com o estado, mercado e sociedade.</p> <p>Mediante o estudo voltado para os pilares que geram um desenvolvimento mais sustentável pôde ser encontradas ações, que aplicadas de maneira cronológica, poderão apresentar maior probabilidade de eficácia.</p>	<p>2.1 Ambientalmente correto Estimular a comunidade sobre a importância da prática de descarte adequado e problemas causados ao meio ambiente sobre a inadequação do descarte, por meio de cartilhas e cartazes esclarecendo à população local.</p> <p>2.2 Culturalmente respeitado Pesquisar junto às comunidades adequadas maneiras e melhores locais para coleta de óleo de cozinha usado, considerando a sua realidade.</p> <p>2.3 Politicamente articulado Evitar a contaminação do solo, rios e lençóis freáticos, por meio de projetos de política pública que contemple a participação do estado, mercado e a sociedade.</p> <p>2.4 Economicamente viável e socialmente justo Gerar emprego e renda, por meio da criação de projetos de fabricação de sabão, tinta e biodiesel, a partir do óleo reciclado, a ser implantado nas Associações de Bairro que corroborem com tais produções conscientes.</p>

4 DESDOBRAMENTOS DA PESQUISA

A pesquisa ora desenvolvida teve como objetivos apresentar um estudo sobre a realidade dos moradores de rua da cidade de São Paulo e seus territórios existenciais como pontos de “moradia; e um estudo sobre o descarte inadequado do

óleo de cozinha e a importância da reciclagem deste no bairro de Fernão Dias, município de Santana do Parnaíba, na Grande São Paulo.

Entretanto, propõem-se com a interação dos temas pesquisados, possibilidades de melhoria de vida às pessoas em situação de rua, mediante a realização de um trabalho colaborativo para a geração de trabalho e renda com o descarte adequado do óleo de cozinha juntamente com a comunidade dos moradores do Bairro Fernão Dias, no município de Santana de Paranaíba, região metropolitana de São Paulo.

Foi através de observações sobre o descarte do óleo de cozinha no Município Santana do Parnaíba é que acendeu a curiosidade investigatória de assistir às pessoas em situação de rua, idealizando para elas a geração de trabalho e renda com o descarte adequado do óleo de cozinha usado por elas em seus territórios existenciais como pontos de moradia.

O trabalho de observação foi realizado com os moradores de rua da cidade de São Paulo, no entorno da Praça da Sé, com aplicação de questionários. Os participantes assinaram uma autorização uso de imagem, voz e depoimento. Foram selecionados 33 moradores em situação de rua, sendo 25 masculinos e 08 femininos, com idade entre 18 a 64 anos.

Colaboraram com a pesquisa funcionários de Centros de Acolhida e pessoas ligadas ao assunto sobre diversos prismas. Os nomes informados pelos moradores de rua, em sua maioria, não correspondem aos seus nomes de registro civil, pois foram escolhidos por eles por não desejarem se identificar.

5 PROPOSTAS DE SOLUÇÕES PARA A INSERÇÃO DAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM PROJETOS DE DESCARTE ADEQUADO DO ÓLEO DE COZINHA COMO GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA

A) Sensibilização da comunidade para a inserção das pessoas em situação de rua no projeto de descarte do óleo de cozinha como geração de trabalho e renda: para sensibilizar a comunidade é preciso desenvolver a conscientização e/ou de informação sobre a importância da reciclagem dos resíduos (sólidos e líquidos) produzidos pela ação do homem, com ênfase na questão do óleo de cozinha, reforçando as noções de educação ambiental.

B) Uma das diretrizes do Plano Diretor de Santana de Parnaíba é expandir o incentivo às boas práticas ambientais na feitura de empreendimentos e no exercício de atividades produtivas no Município, bem como, nas práticas ligadas à moradia da população. E como obter esta adesão? No caso do bairro Fernão Dias, há uma situação ainda mais propícia, uma vez que os habitantes se declaram dispostos a aderir a iniciativas de preservação ambiental.

Para desenvolver uma proposta ação, seria criar uma parceria com a ONG Ecóleo (Associação Brasileira para Sensibilização, Coleta e reciclagem de resíduos de Óleo Comestível), com experiência bem sucedida, para o fornecimento de material, como banners, cartazes e conteúdos didáticos a respeito da reciclagem.

Poder-se-ia beneficiar também da parceria entre a ONG e as universidades que fornecem “mão de obra” para treinamento, egressa dos cursos que lidam diretamente com a questão ambiental.

Nesta fase, poderiam ser apresentados os possíveis caminhos a tomar neste processo de reciclagem, destacando a versatilidade de transformação deste resíduo, que pode se transformar em sabão em barra ou até mesmo biodiesel.

5.1 A possibilidade da criação de uma Cooperativa

Para que o projeto alcance a devida abrangência dentro das comunidades, a proposta prevê como segundo passo, a formação de uma cooperativa. A comunidade local e a comunidade das pessoas em situação de rua participariam de palestras realizadas no âmbito de escola local, espaço cedido pelas autoridades governamentais, com o objetivo de orientá-las para o trabalho. E ainda, conferir uma representatividade para a tomada de decisões para atuar na gestão e destinação do óleo coletado, bem como pela arrecadação e utilização da contrapartida financeira.

Uma vez instaurada a cooperativa em um bairro, e em especial no Bairro Fernão Dias, Município de Santana do Parnaíba, poderia ser realizado o trabalho de cadastro porta a porta em toda a comunidade. A meta é aumentar as adesões ao que se está pretendendo implantar, bem como envolver o maior número de pessoas possível com a própria cooperativa.

Um trabalho de conscientização partiria do uso de panfletos explicativos (produzidos a partir da parceria provável com a Ecoleo), durante o qual os agentes

esclareceriam às comunidades a forma correta de armazenar o produto em casa e os locais de descarte na comunidade.

O óleo coletado seria retirado quinzenal ou mensalmente, pelas pessoas em situação de rua, previamente cadastradas nessa parceria, conforme demanda, podendo ter dois destinos diferentes, de acordo com a decisão democrática da cooperativa do bairro.

Abordagem “caseira”

As parcerias com as ONGs devem prever a capacitação de pessoas da cooperativa para a transformação do óleo armazenado em sabão e/ou detergente. Dependendo do volume produzido a cooperativa poderá resolver se vai vender o produto no mercado e/ou distribuir para uso da própria comunidade.

Os resultados auferidos com a venda do produto manufaturado deverão em parte retornar a cooperativa para cobrir custos com a operação e o restante dividido com a comunidade. Uma terceira hipótese seria reverter o dinheiro em obras que os próprios moradores considerem importante.

Dentro desta abordagem, quanto maior o volume coletado e transformado, maiores serão os recursos disponíveis. Em cada ponto de coleta, pessoas cadastradas (domicílios) junto à cooperativa registram a quantidade de óleo que estão despejando nos recipientes. Esta quantidade poderá gerar um crédito que servirá depois para definir a quantia a ser recebida na divisão de produtos ou lucros. A lógica é, quanto maior a contribuição com a matéria prima, maior será o *share* a que tem direito cada cadastrado.

Pessoas não cadastradas poderão se utilizar do coletor para despejar o óleo usado, no entanto, não poderão registrar a quantidade para futuro recebimento. Esta poderá ser uma forma de aumentar o engajamento dos moradores, nem que seja apenas para cadastramento dos domicílios, o que dará à cooperativa maior controle sobre a base de dados, permitindo melhor planejamento.

Abordagem “logística”

A crescente preocupação da sociedade com a degradação do meio ambiente por meio da poluição e do esgotamento dos recursos disponíveis, não atinge apenas as pessoas físicas. No âmbito empresarial é um debate cada vez mais presente. Inclusive

pelo potencial poluidor de certos setores produtivos e pela maior proximidade de uma pessoa jurídica com os entes governamentais.

Uma das consequências deste fenômeno é o surgimento de um novo conceito dentro da atividade produtiva: a logística reversa, que é:

a área da logística empresarial que planeja, opera e controla o fluxo e as informações logísticas correspondentes, do retorno do bens de pós-venda e pós-consumo ao ciclo dos negócios ou ao ciclo produtivo, por meio dos canais de distribuição reversos, agregando-lhes valor de diversas naturezas: econômico, ecológico, legal, logístico, de imagem corporativa entre outros. (MIGUEL, 2010, p.31)

Este modelo, portanto, se aplica melhor aos grandes geradores deste resíduo, ou seja, bares, restaurante e lanchonetes do bairro.

Da mesma forma que a solução 'caseira', a cooperativa pode firmar acordo com empresas e ONGs, como a Trevo, que se encarregariam de retirar e substituir os coletores em uma periodicidade a ser definida, levando o produto para empresas químicas, que transformam o óleo em biodiesel.

Segundo Miguel (2010) é preciso tomar cuidado com uma particularidade dos locais que utilizam fritadeiras industriais. Além do óleo, a máquina recebe uma mistura de água e sal, que serve para filtrar sujeiras do processo de fritura e evitar excessiva oxidação da fritadeira. Isso permite utilizar o óleo mais vezes, no entanto, pode vir a dificultar sua transformação em biodiesel. O produto teria de passar por um pré-processamento para desidratar a gordura.

Uma experiência modelo foi realizada em São Francisco (EUA), chamada de *SFGreaseCycle*, ou o ciclo da gordura. A Prefeitura implantou uma estação que processava o óleo recolhido dos geradores, tratando-o para que fosse melhor aproveitado pela indústria de biodiesel. Desta forma, o que antes ia parar no esgoto virou combustível da frota municipal, reduzindo inclusive a emissão de gases na atmosfera. (PITTA *et al*, 2009).

Vale destacar também, conforme nos lembram os autores, que o óleo de cozinha quando transformado em biodiesel gera um subproduto, a glicerina, ou seja, sabão, que também pode ser retornado para consumo na mesma comunidade que gerou a matéria-prima.

Enfim, fica evidenciado nesta pesquisa, como contribuição produtiva, as possibilidades de melhoria de vida às pessoas em situação de rua, moradoras na grande São Paulo, como geração de trabalho e renda a partir do descarte adequado

do óleo de cozinha exemplificado pelos moradores do Bairro Fernão Dias, no município de Santana de Paranaíba, região metropolitana de São Paulo.

E ainda, pelas propostas de soluções para amenizar o descarte inadequado do óleo de cozinha, advindas das cooperativas e órgãos públicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante as análises da pesquisa é possível desenvolver um Planejamento Sustentável que propõe a elaboração e aplicação de um projeto intitulado Descarte Inadequado de Óleo de Cozinha que desenvolve a implantação de um programa sustentável de reciclagem desse óleo.

Na área de Recursos hídricos, resíduos sólidos e meio ambiente, o objetivo do planejamento sustentável é implantar um projeto para evitar o descarte incorreto do óleo de cozinha usado no meio ambiente. A ação sustentável proposta é a implantação da coleta de óleo sustentável.

Na área de educação e cultura, o objetivo é estimular a comunidade sobre a importância da prática de ações sustentáveis. A ação sustentável é a criação de cartilhas e cartazes esclarecendo à população local sobre os problemas causados pelo descarte inadequado.

Na área de saúde e alimentação o objetivo é evitar a contaminação do solo, rios e lençóis freáticos. A ação sustentável é criar locais adequados para o descarte na comunidade.

Na área de habilidades e possibilidades, o objetivo é gerar emprego e renda e ação sustentável proposta é um projeto para fabricação de sabão, tinta e biodiesel a partir do óleo reciclado.

Muitas propostas se têm feito para reduzir os impactos de desmatamentos, queimadas e ações do homem que se caracterizam como destruição ou degradação do meio ambiente. Existem esforços em maior ou menor grau nas três esferas federativas – municipal, estadual e no âmbito da União.

É possível envolver os atores sociais em projetos multiplicadores de consciência ecológica e desenvolvimento sustentável, fazendo com que o tema se desenvolva não apenas na teoria, mas na prática, tornando as boas intenções governamentais em realidade.

Acredita-se que programas de reciclagem que levem em conta a sustentabilidade sejam mais eficazes, porque podem fazer com que todas as frentes atuem de forma integrada. O modelo sustentável não só retira o óleo dos esgotos, como alimenta a própria cadeia produtiva (ao virar biodiesel) e/ou gerar renda para as famílias envolvidas.

E no corpo dessas famílias, inserimos aqui as pessoas em situação de rua que necessitam de apoio e amparo de uma política pública e de gestão ambiental eficaz, uma vez que sem a participação da sociedade civil, é impossível prosseguir.

Projetos sociais podem ser delineados para aliviar a sobrevivência das pessoas menos favorecidas (pessoas em situação de rua) gerando-lhes emprego e renda, e ainda, colaborar com a pressão sobre os recursos naturais e a infraestrutura urbana como fonte de energia renovável e ambientalmente correta.

E por fim, será implantada através de PPPs (Parceria Público Privado) entre a Prefeitura do Município de São Paulo e a iniciativa privada aproveitando o atual bom momento econômico do Brasil, os incentivos fiscais liberados pelo Governo Federal, investimentos gerados pelo PAC (Programa de Aceleração de crescimento) para a copa do Mundo de 2014 e também do alto crescimento da construção civil e sua crescente empregabilidade.

Tudo isto será propiciado inicialmente através de melhorias nos Centros de Acolhida, fazendo-os mais eficazes com rígido planejamento estratégico, realizando atividades diurnas de qualificação profissional e educacional, humanizando o serviço público hoje tão criticado pelos usuários conforme constatado em pesquisa de campo.

Posteriormente tais PPPs também entrarão no âmbito da habitação e moradia popular visando que essas pessoas possam sair de fato das ruas de São Paul, e com isto serão atacados tanto os problemas na área do trabalho e emprego quanto na área da habitação e moradia, gerando cidadãos seguros, capazes, consumidores e acima de tudo geradores de riqueza.

Mediante os resultados das pesquisas, pode-se perceber que se chegou a um esgotamento generalizado socioeconômico ambiental cultural e político, que não só aflige os municípios demandados nas pesquisas, mas que desequilibra a vida na maior parte do mundo.

Hoje, um MARCO: a tão esperada sinergia, citada por tantos cientistas políticos, como solução para amenizar, de forma quase imediata, a problemática nas localidades. Sinergia que marca um tempo de inovações, quando representantes do Estado, Mercado e Sociedade se unirem na conquista de um mesmo objetivo: produzir e praticar um conhecimento que promova um desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

ALBERECI, R. M.; PONTES, F. F. F. **Reciclagem de óleo comestível usado através da fabricação de sabão**. Espírito Santo do Pinhal: Engenharia Ambiental - Centro Regional Universitário de Espírito Santo do Pinhal v.1, n.1, p. 73, jan./dez., 2004.

ARAÚJO, Carlos H. Migrações e vida nas ruas. In: BURSZTYN, Marcel (org.). **No meio da rua: nômades, excluídos, viradores**. Rio de Janeiro: Garamond, 2000.

BRASIL, 2012 – IBGE, Sinopse do Censo Demográfico de 2010, regiões metropolitanas. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/CensoDemografico2010/Sinopse/Regioes_Metropolitanas/sinopse_rm_tab_3_1.zip>. Acesso em: 2 fev. 2012.

DA MATTA, Roberto. **A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil**. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

D'INCAO, M.^a. Angela (Org.) **Espaço e Sociedade**. São Paulo: Grupo Editores, 1999. 306 p.

DURHAM, Eunice R. **A caminho da cidade: A vida rural e a migração para São Paulo**. Coleção Debates. São Paulo: Perspectiva, 1984.

ESCOREL, Sarah. **Vidas ao Léu**. Trajetórias de Exclusão Social. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1999.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. **Censo 2010**. Disponível em: <<http://www.fipe.org.br/web/index.asp?aspx=/web/publicacoes/bif/edicao.aspx>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

GONZAGA JUNIOR, Luiz. **Menino Guerreiro** (Um homem também chora). Disponível em: <<http://letras.terra.com.br/gonzaguinha/>>. Acesso em 2 fev. 2012.

MIGUEL, Camile R. – **Coleta Seletiva para Reciclagem de Óleo Vegetal em Estabelecimentos Localizados no Município de Florianópolis** – ACIF; Estudo de Caso: Reoleo – 2010.

NEVES, Delma Peçanha. **“Comentário” e “Comentários dos assessores sobre o perfil da população de rua”** In: ROSA, Cleisa M.M. (org.). **População de Rua: Brasil e Canadá**. São Paulo: Hucitec, 1995.

PITTA JR, et al. **Reciclagem do Óleo de Cozinha Usado**: uma Contribuição para Aumentar a Produtividade do Processo. In.: SEMINÁRIO KEY ELEMENTS FOR A SUSTAINABLE WORLD: ENERGY, WATER AND CLIMATE CHANGE, 20th-22nd, 2009. São Paulo, May.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA. São Paulo-SP. **Plano Diretor 2005/2006**. Disponível em:

<http://www.santanadeparnaiba.sp.gov.br/secretarias/plano_diretor/1.Corpo%20da%20Lei/SAP%20PLANO%20DIRETOR-Corpo%20da%20Lei-R3.pdf>. Acesso em 12 fev. 2012.